

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil,
Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil.



Carrefour
banco

30 de junho de 2023

Índice	Página
Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	7
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	8
Balancos Patrimoniais	12
Demonstrações dos Resultados	14
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	17
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto operacional	19
2. Apresentação das demonstrações financeiras	19
3. Principais práticas contábeis	20
4. Caixa e equivalentes de caixa	22
5. Relações interfinanceiras	22
6. Títulos e valores mobiliários	22
7. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento	23
8. Outros créditos	24
9. Ativos e Passivos fiscais diferidos	25
10. Investimento	26
11. Imobilizado	26
12. Intangível	27
13. Depósitos	27
14. Depósitos interbancários	27
15. Captação no mercado aberto	28
16. Captação em letras financeiras	28
17. Relações interfinanceiras	28
18. Outras obrigações	28
19. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	29
20. Patrimônio líquido	30
21. Rendas de operações de crédito	33
22. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	34
23. Operações de captação no mercado	34
24. Receitas de prestação de serviços	34
25. Despesas de pessoal	34
26. Outras despesas administrativas	34
27. Despesas tributárias	35
28. Outras receitas operacionais	35
29. Outras despesas operacionais	35
30. Imposto de renda e contribuição social	35
31. Transações entre partes relacionadas	36
32. Benefícios pós-emprego	37
33. Resultados não recorrentes	37
34. Valor justo dos ativos e passivos	37
35. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional	38
36. Índice de Basileia	42
37. Outras informações	42
Declaração dos Diretores	43

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas das Notas Explicativas, Declaração dos Diretores, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

Destaques do Período

Balço Patrimonial (R\$ milhões)	30/6/2023	31/12/2022	Δ%
Ativos totais	17.300	16.777	3%
Carteira de crédito	16.947	15.898	7%
(-) Provisão para perda esperada (PCLD)	(2.755)	(2.390)	15%
Passivos financeiros	11.406	11.069	3%
Patrimônio líquido	3.098	3.172	-2%

Resultados (R\$ milhões)	30/6/2023	30/6/2022	Δ%
Resultado bruto da intermediação financeira	1.907	1.553	23%
Despesas com provisão para perda esperada (PCLD)	(1.700)	(1.306)	30%
Resultado operacional	97	195	-50%
Lucro líquido	74	127	-41%

**Índice de Basileia
Nível I**

15,2%

O índice de Basileia fechou o semestre em 15,2%, acima do percentual mínimo do Bacen, com uma redução de 3,0 p.p. comparado a junho de 2022 (18,2%).

Somando os nossos esforços para sermos uma empresa eficiente e nosso comprometimento em remunerar nossos acionistas, nossa rentabilidade em relação ao patrimônio (ROAE) foi de 11,5% (14,0% em 2022) e a rentabilidade em relação aos ativos (ROAA) foi de 0,5% (2,6% em 2022), com uma variação de -2,5 p.p. e -2,1 p.p., respectivamente.

Rentabilidade

ROAE

11,5%

ROAA

0,5%

Índice de Eficiência

31,4%

O índice de eficiência atingiu 31,4%, com um aumento de 2,6 p.p. comparado ao mesmo período do ano anterior (28,8%), reflexo do cenário macroeconômico atual.

A margem líquida de juros atingiu 11,7%, com um aumento de 0,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior (10,8%), devido ao aumento da receita de juros no período.

NIM (ex PCLD) (i)

11,7%

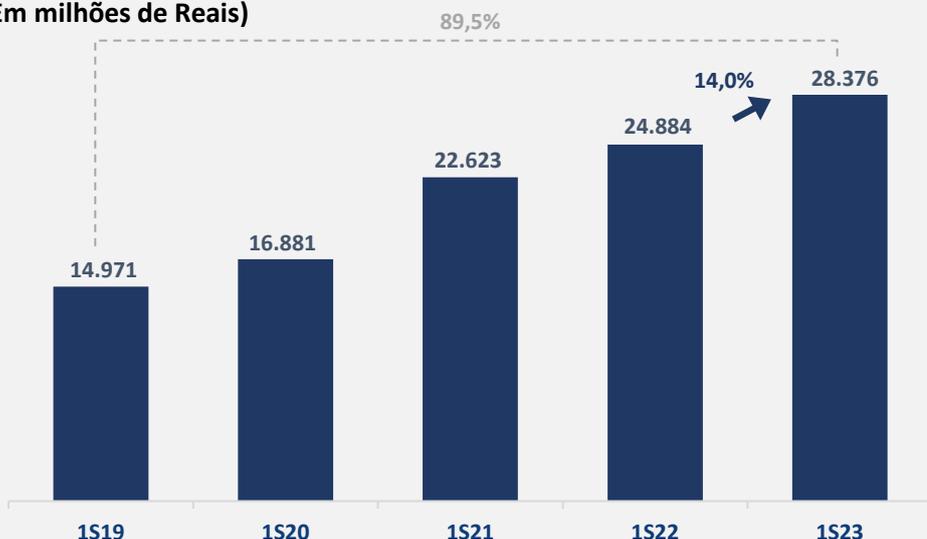
(i) NIM = Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da PCLD/(Ativos Totais - Permanente).

Ratings

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	05/04/2023	Estável

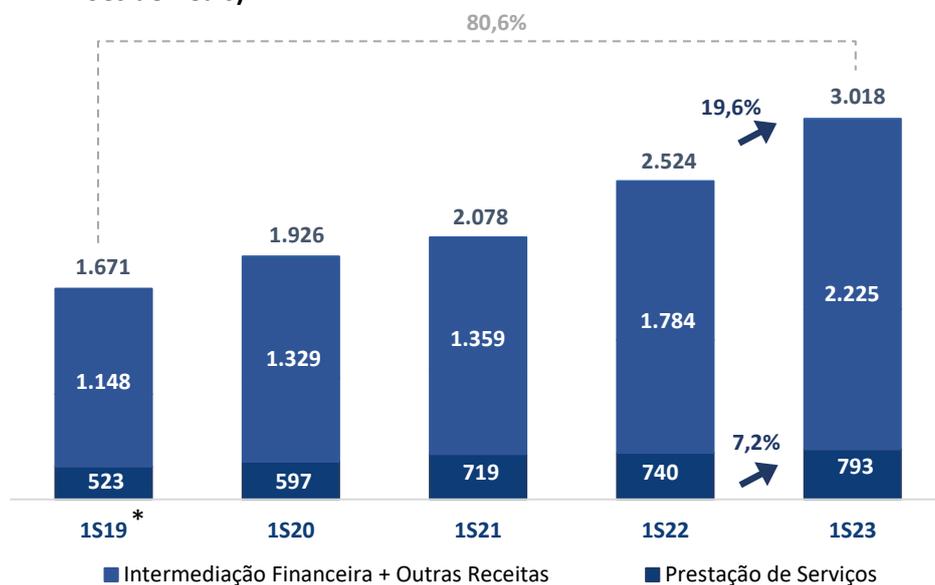
Indicadores de Negócios dos Períodos

Faturamento
(Em milhões de Reais)



O Banco permanece com a tendência de crescimento, com um aumento no faturamento de 14% em relação ao período anterior.

Receita
(Em milhões de Reais)

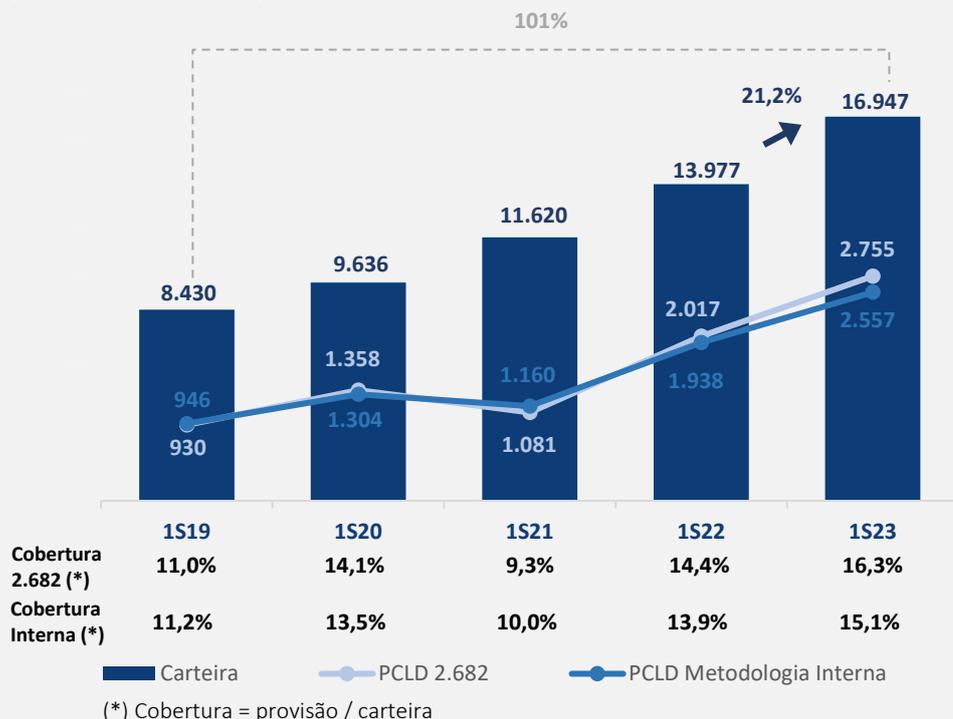


A receita total apresentou aumento de 19,6% em comparação ao período anterior. Já a receita de prestação de serviços aumentou 7,2% neste mesmo período, representando 26,3% da receita total.

(*) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20, foi adaptada a apresentação do gráfico de receitas, em linha com as Demonstrações dos Resultados.

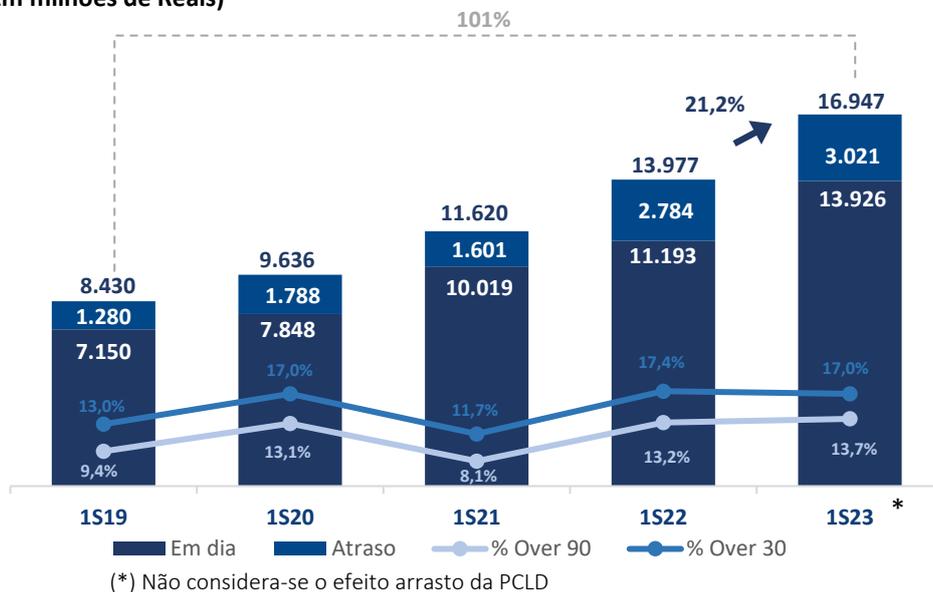
Indicadores de Performance de Crédito

**Provisão de Crédito Resolução nº 2.682/99 e Metodologia Interna
(Em milhões de Reais)**



O saldo de provisão é mensalmente calculado em duas metodologias, a Resolução CMN nº 2.682/99 (atualmente utilizado) e por metodologia interna, sendo contabilizado a de maior cobertura, conforme esboçado em política interna do Banco. O saldo de provisionamento obteve um incremento de 36,6% em relação ao período anterior, ocasionado pela variação da carteira no período.

**Distribuição de operações adimplentes e inadimplentes sobre carteira total e provisão para perda esperada
(Em milhões de Reais)**



O percentual da carteira em dia atingiu 82,2% em relação à carteira total, apresentando um aumento de 2,1 p.p. em relação ao período anterior e o percentual das carteiras em atraso acima de 30 dias (Over 30) e 90 dias (Over 90), apresentaram os mesmos patamares do período anterior.

Governança Corporativa

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

- (i) **Comitê Integrado de Riscos:** composto por membro independente e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do CRO (*Chief Risk Officer*), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.
- (ii) **Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de membro independente, atuando como especialista financeiro, é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.
- (iii) **Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

Relação dos Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda. (empresa individual de responsabilidade limitada).

Remuneração dos Acionistas e Reinvestimento de Lucros

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Gestão de Capital e dos Riscos de Liquidez, Mercado, Crédito e Operacional

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, risco estratégico, reputacional, socioambiental, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de Gerenciamento de Riscos Integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br na página de Governança Corporativa.

Agradecimentos

O Banco Carrefour agradece a todos os nossos clientes pela preferência e confiança depositadas em nossos serviços. Estendemos nossa gratidão aos nossos colaboradores, cuja entrega, dedicação e excelência no trabalho foram fundamentais para impulsionar a transformação do nosso negócio, sempre com foco na missão de melhorar a vida das famílias brasileiras, garantindo acesso ao crédito e oferecendo serviços financeiros inovadores. Reconhecemos que, sem eles, não seríamos capazes de atingir os resultados alcançados.

A Diretoria

São Paulo, 20 de julho de 2023.

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão consultivo permanente, que assessora o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 4 (quatro) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao inciso 3º do Art. 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou o nível de governança incorporando um membro independente em 25 março de 2019, que também foi nomeado como Especialista Financeiro, conforme Art 5º do Regimento do Comitê de Auditoria do Banco. As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú Unibanco S.A. e da diretoria do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além da área de Auditoria Interna (Secretário do Comitê) do Banco.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Felipe Carneiro Goncalves Gomes	Presidente
Rafael Bandeira de Almeida	Membro
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu Calendário Anual de Trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se quatro (04) vezes no ano de 2023. As demonstrações financeiras relativas ao fechamento de junho de 2023 foram analisadas em reunião de 20/07/2023, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, *compliance*, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de Auditoria Interna, gestão e evolução da carga de risco.

Em conjunto com a Auditoria Externa, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Resolução CMN nº 4.910/21.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no semestre, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou no semestre fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Externa - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do semestre findo em 30/06/2023 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de ser aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CSF S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito e as expectativas de realização da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de provisão adicional.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

O Banco utiliza modelo interno na determinação da provisão adicional, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e do uso de julgamento por parte da Administração utilizados no cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão dos modelos utilizados; (d) avaliação do desenho dos controles internos sobre o monitoramento das premissas utilizadas nos modelos; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Banco e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de julho de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Ativo	Nota explicativa	30/6/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	6.666	11.292
Instrumentos financeiros		15.291.830	14.623.729
Relações interfinanceiras	5	209.714	281.012
Conta de pagamento instantâneo		14.389	9.070
Aplicações em depósitos voluntários no Banco Central		195.325	271.942
Títulos e valores mobiliários	6	889.437	834.326
Carteira própria		712.691	577.600
Vinculados a compromisso de recompra		176.302	256.310
Vinculados à prestação de garantias		444	416
Operações de crédito	7	14.192.679	13.508.391
Setor privado		6.675.735	5.897.777
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.643.990)	(2.288.402)
Valores a receber relativos a transações de pagamento		10.271.661	10.000.311
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(110.727)	(101.295)
Outros créditos	8	404.107	659.267
Rendas a receber		2.296	32.633
Diversos		401.811	626.634
Outros valores e bens		168.538	175.441
Outros valores e bens		88	104
Despesas antecipadas	3.6	168.450	175.337
Ativos fiscais		405.576	303.429
Correntes		44.254	-
Diferidos	9.1	361.322	303.429
Investimento	10	93.643	113.827
Imobilizado de uso	11	125.654	110.462
Outras imobilizações de uso		238.995	206.034
(-) Depreciações acumuladas		(113.341)	(95.572)
Intangível	12	803.705	779.534
Ativos intangíveis		1.345.649	1.274.775
(-) Amortizações acumuladas		(541.944)	(495.241)
Total do ativo		17.299.719	16.776.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota explicativa	30/6/2023	31/12/2022
Passivos financeiros		11.405.557	11.069.064
Depósitos		1.184.435	1.350.478
Depósitos à vista	13.1	15.171	14.271
Depósitos a prazo	13.2	267.155	166.161
Depósitos interbancários	14	902.109	1.170.046
Captação no mercado aberto	15	174.946	253.103
Carteira própria		174.946	253.103
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	2.535.971	2.076.320
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, crédito e similares		2.535.971	2.076.320
Relações interfinanceiras	17	7.510.205	7.389.163
Recebimentos e pagamentos a liquidar		7.510.205	7.389.163
Outras obrigações		2.676.801	2.486.334
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.771	5.134
Sociais e estatutárias	20.4	-	103.498
Fiscais e previdenciárias	18.1	43.749	41.840
Diversas	18.2	2.628.281	2.335.862
Provisões	19	37.728	24.692
Passivos fiscais	9.3	81.355	24.554
Correntes		80.806	24.217
Diferidos		549	337
Patrimônio líquido	20	3.098.278	3.172.337
Capital		1.742.000	1.742.000
De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000
Reservas de capital	20.1	10.001	8.897
Reservas de lucros	20.2	1.271.473	1.421.353
Outros resultados abrangentes	20.3	385	87
Lucros acumulados		74.419	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.299.719	16.776.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	Nota explicativa	Semestres	
		30/6/2023	30/6/2022
Receitas da intermediação financeira		2.131.885	1.697.694
Operações de crédito	21	2.076.225	1.667.035
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	55.660	30.659
Despesas da intermediação financeira		(224.796)	(145.145)
Operações de captação no mercado	23	(224.796)	(145.145)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.907.089	1.552.549
Despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	(1.699.560)	(1.306.247)
Outras receitas (despesas) operacionais		(110.228)	(51.249)
Receitas de prestação de serviços	24	792.732	740.158
Despesas de pessoal	25	(102.653)	(74.663)
Outras despesas administrativas	26	(670.334)	(552.621)
Despesas tributárias	27	(137.108)	(143.889)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	59.759	44.673
Reversões (Despesas) e atualizações de provisões de contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	(16.087)	(6.704)
Reversões (Despesas) e atualizações de outras provisões	19.2.2	(15)	(12)
Outras receitas operacionais	28	93.026	86.097
Outras despesas operacionais	29	(129.548)	(144.288)
Resultado operacional		97.301	195.053
Outras receitas (despesas) não operacionais		-	1
Resultado não operacional		-	1
Resultado antes da tributação sobre o lucro		97.301	195.054
Imposto de renda e contribuição social	30	(22.882)	(67.975)
Provisão para imposto de renda corrente		(44.963)	(77.486)
Provisão para contribuição social corrente		(35.843)	(62.144)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda		32.180	39.808
Ativo fiscal diferido para contribuição social		25.744	31.847
Lucro líquido		74.419	127.079
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671
Lucro por ação (em R\$)		0,07	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	Semestres	
	30/6/2023	30/6/2022
Lucro líquido	74.419	127.079
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado	298	994
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação de valor justo - TVM	542	1.808
Impostos diferidos - TVM	(244)	(814)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente	74.717	128.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	127.079	127.079
Pagamento baseado em instrumento de capital	20.1	-	1.617	-	-	-	1.617
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	994	-	994
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	178.501	-	-	178.501
Saldos em 30 de junho de 2022		1.742.000	6.852	1.293.574	(419)	127.079	3.169.086
Mutação do semestre		-	1.617	178.501	994	127.079	308.191
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.421.353	87	-	3.172.337
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	74.419	74.419
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	1.104	-	-	-	1.104
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	298	-	298
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(149.880)	-	-	(149.880)
Saldos em 30 de junho de 2023		1.742.000	10.001	1.271.473	385	74.419	3.098.278
Mutação do semestre		-	1.104	(149.880)	298	74.419	(74.059)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	Nota explicativa	Semestres 30/6/2023	Semestres 30/6/2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		1.858.927	1.471.700
Lucro líquido		74.419	127.079
Ajustes ao lucro líquido:		1.784.508	1.344.621
Depreciações e amortizações	11.2, 12.2 e 26	64.472	53.953
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	1.699.560	1.306.247
Atualização monetária de depósitos judiciais	28	(1.573)	(22.629)
Atualização monetária de impostos a compensar	28	-	(11)
Impostos diferidos		(57.924)	(71.655)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(55.361)	(29.665)
Despesa de juros não realizados de captações e depósitos		170.825	98.544
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	16.087	6.704
Provisão para contingências e outras provisões fiscais	19.2.2	15	41.247
Outras provisões		6.562	3.676
Provisão para crédito em confiança	29	462	560
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	20.1	1.142	2.321
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	11	-	2
Resultado de equivalência patrimonial	10	(59.759)	(44.673)
Varição de ativos e passivos		(1.687.638)	(1.221.821)
(Aumento) / Redução dos ativos		(2.125.935)	(1.867.183)
Títulos e valores mobiliários		549	(129.839)
Operações de crédito		(2.384.310)	(1.747.528)
Comissões a receber		278	(80)
Valores a receber de sociedades ligadas		46.849	23.783
Outros créditos		185.525	-
Outros valores e bens		6.903	(33.006)
Impostos a compensar		17.837	61.138
Depósitos judiciais		434	(41.651)
Aumento / (Redução) das obrigações		438.297	645.362
Captação no mercado aberto		(59.168)	261.484
Captação em letras financeiras		350.063	706.685
Depósitos interfinanceiros		(230.215)	14.669
Depósitos a prazo		89.093	(27.301)
Impostos e contribuições a pagar		58.309	(28.171)
Obrigações com pessoal		(5.067)	(9.920)
Depósitos à vista		901	1.054
Valores a pagar a sociedades ligadas		336.497	278.687
Contas a pagar		75.469	(332.991)
Realização de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	19.2.2	(4.002)	(3.703)
Outras movimentações - PROCON	19.2.2	936	-
Impostos pagos		(68.472)	(143.674)
Juros pagos		(106.047)	(71.457)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		171.289	249.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	Nota explicativa	Semestres 30/6/2023	30/6/2022
Atividades de investimento			
Dividendos recebidos		110.000	18.680
Aquisição de imobilizado de uso	11	(32.961)	(28.138)
Aquisição de intangível	12	(70.874)	(40.562)
Caixa líquido gerado / (consumido) pelas atividades de investimento		6.165	(50.020)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	37	(253.378)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(253.378)	-
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(75.924)	199.859
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	292.304	10.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	216.380	210.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Em 8 de fevereiro de 2019, a JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda. (sociedade limitada unipessoal). É uma empresa subsidiária, o Banco é detentor de 100% do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início as atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Instrução Normativa BCB nº 307/22, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e a partir de novembro de 2022, *Sam's Club*, com as bandeiras Visa e Mastercard.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. O CMN e o BACEN aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

- (i) Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
- (ii) Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
- (iii) Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- (iv) Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
- (v) Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
- (vi) Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
- (vii) Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
- (viii) Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- (ix) Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
- (x) Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- (xi) Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
- (xii) Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
- (xiii) Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
- (xiv) Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
- (xv) Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
- (xvi) Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Em 30 de junho de 2023, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

Normas que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrução Normativa BCB nº 343 - Alteração das rubricas contábeis do elenco de contas do Plano Cosif

Cria e altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

O normativo, divulgado em 13 de janeiro de 2023, busca adaptar o plano de contas Cosif aos novos requerimentos de capital regulamentar aplicáveis às instituições de pagamento definidos nas Resoluções BCB nº 198, 200 e 202. Em função dessas Resoluções, verificou-se a necessidade de alterar as Instruções Normativas BCB nº 268, 270, 271, 273, 275 e 315, todas de 1º de abril de 2022, de modo a criar e ajustar no Cosif as rubricas necessárias para os registros contábeis pertinentes.

A resolução entra em vigor em 1º de julho de 2023, os impactos já foram avaliados e serão aplicados até a data de entrada em vigor dos normativos.

Resolução CMN nº 4.966 - Convergência às normas internacionais (IFRS 9)

A Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução CMN nº 5.019/22 emitidas pelo BACEN dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nessas regulamentações todas instituições financeiras devem, até 31 de dezembro de 2022, elaborar e manter à disposição do BACEN o plano para a implementação desta regulamentação contábil, que foi aprovado junto ao Conselho de Administração em 28 de setembro de 2022.

Para o plano de implementação, e conforme definido no artigo 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os critérios contábeis estabelecidos serão aplicados prospectivamente a partir da data de sua entrada em vigor. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A Resolução esclarece que ficam facultadas às instituições mencionadas no artigo 1º a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF), até o exercício de 2024, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020.

A Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, os impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

Resolução CMN nº 4.975 - Convergência às normas internacionais (IFRS 16)

Em dezembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, os impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

Lei nº 14.467/22 - Tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos

A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regra entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, os impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da Lei.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023 foram aprovadas pela Administração em 20 de julho de 2023.

3. Principais práticas contábeis**3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 03, e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: “títulos para negociação”, “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” são aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo, acrescido pelos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras e ajustado pelo valor justo, sendo esses ajustes lançados em conta específica do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste ao valor justo – TVM”, líquidos dos efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas de “títulos disponíveis para venda”, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação nas Demonstrações dos Resultados em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ágio ou deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos remanescentes dos títulos.

Na data das demonstrações financeiras não existiam títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”.

3.5. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para operações de crédito e para valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira.

Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o procedimento de provisionamento do Banco considera a perda histórica da carteira de crédito para avaliação da suficiência dos montantes registrados no balanço.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação e se houver amortização significativa da operação, poderá ocorrer a reclassificação para uma categoria de menor nível. Aquelas que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação permanecem classificadas como nível H, sendo os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente reconhecidos como resultado quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.2.

3.6. Despesas antecipadas

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos, conta digital e dos cartões, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Investimento

O investimento do Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 11, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada.

3.9. Ativo intangível

São registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada e correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (*Impairment*)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas notas 13, 14, 15, 16 e 17.

3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis:

i. As ações cíveis com risco acima de R\$ 25 mil são provisionadas na totalidade do risco provável apurado pela assessoria jurídica.

ii. Para as demais ações cíveis, o Banco adota a metodologia de ticket médio calculado trimestralmente, levando em consideração a média de perda dos últimos 12 meses. Considera-se média de perda, a média de pagamento multiplicado pelo % de favorabilidade ao autor.

iii. Para os processos administrativos a avaliação de risco é realizada de forma individual, baseada na opinião dos assessores jurídicos e da administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências trabalhistas:

i. A constituição da provisão para processos trabalhistas com valor reclamado abaixo de R\$ 1 milhão aplica-se a taxa estatística calculada trimestralmente, a qual, em resumo, considera o percentual do valor pago (total) *versus* o valor reclamado (total) do período de 24 meses, dos casos elegíveis à aplicação da taxa estatística, por categoria: i) hierarquia; ii) operacional; e, iii) terceiro insolvente (TIN).

Para os processos trabalhistas com pedido acima de R\$1 milhão, Ministério Público do Trabalho e reclamações sindicais, aplica-se a análise individualizada do risco envolvido de cada processo.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.13. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

Foi publicada a Resolução CMN nº 4.877/20, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.14. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês, e contribuição social 20%, de março de 2020 até junho de 2021, 25% de julho de 2021 até dezembro de 2021, 20% de janeiro de 2022 a julho de 2022 (Lei nº 14.183/21) e 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022, em janeiro de 2023 a alíquota voltou a ser 20% (Lei nº 14.446/22). Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

3.15. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.16. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.18. Resultados não recorrentes

Considerando os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e em conexão com os conceitos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:

- i. não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição;
- ii. não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
- iii. estar classificado como eventos de *impairment*, resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write off*; e
- iv. para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R\$ 5 milhões para receitas e despesas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/6/2023	31/12/2022
Disponibilidades	6.666	11.292
Relações interfinanceiras	209.714	281.012
Total	216.380	292.304

5. Relações interfinanceiras

Descrição	30/6/2023	31/12/2022
Conta de pagamento instantâneo	14.389	9.070
Aplicações em depósitos voluntários no Banco Central (i)	195.325	271.942
Total	209.714	281.012

(i) Aplicações compromissadas *over night* em depósitos no Banco Central.

6. Títulos e valores mobiliários

O Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente e também não tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "títulos disponíveis para venda" e não houve reclassificação de categoria entre os períodos apresentados.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	30/6/2023				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valores por prazo de vencimento		Total
			Até 360 dias	Valor justo Acima de 360 dias	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira própria	707.573	(78)	-	707.495	707.495
Vinculados a operações compromissadas	176.259	43	176.302	-	176.302
Vinculados a garantias	444	-	-	444	444
Aplicações em fundos de investimento (ii):					
Carteira própria	4.700	496	-	5.196	5.196
Total	888.976	461	176.302	713.135	889.437

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

(ii) As operações são classificadas como Nível 2.

Descrição	31/12/2022				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo		Total
Até 360 dias			Acima de 360 dias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i):					
Carteira própria	572.814	(405)	-	572.409	572.409
Vinculados a operações compromissadas	256.476	(166)	256.476	(166)	256.310
Vinculados a garantias	416	-	-	416	416
Aplicações em fundos de investimento (ii):					
Carteira própria	4.700	491	-	5.191	5.191
Total	834.406	(80)	256.476	577.850	834.326

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

(ii) As operações são classificadas como Nível 2.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria “disponíveis para venda” foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. A perda não realizada para estes títulos na data-base foi de R\$ 461 (31/12/2022: R\$ 80), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 254 (31/12/2022: R\$ 44), líquido dos efeitos tributários.

7. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estão assim sumarizadas:

7.1. Por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	30/6/2023	31/12/2022
Empréstimos	6.675.735	5.897.777
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	10.271.661	10.000.311
Total da carteira	16.947.396	15.898.088
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.643.990)	(2.288.402)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Valores a receber relativos a transações de pagamento	(110.727)	(101.295)
Total da carteira líquida de provisão	14.192.679	13.508.391

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

7.2. Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações, segregadas por parcelas

Prazo	30/6/2023									31/12/2022
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações em Curso Anormal										
Vincendas	-	233.665	158.727	27.902	8.289	7.302	5.850	68.327	510.062	447.866
01 a 30	-	70.152	38.194	6.788	2.623	2.442	1.991	26.377	148.567	131.980
31 a 60	-	31.029	19.135	3.323	1.000	860	725	9.300	65.372	59.008
61 a 90	-	22.002	15.153	2.595	702	603	487	6.219	47.761	41.379
91 a 180	-	44.455	33.126	5.460	1.333	1.150	906	10.874	97.304	86.741
181 a 365	-	43.275	31.757	4.887	1.375	1.160	868	8.975	92.297	82.385
Acima de 365	-	22.752	21.362	4.849	1.256	1.087	873	6.582	58.761	46.373
Vencidas	-	139.815	199.986	289.983	246.098	293.727	278.208	1.579.217	3.027.034	2.709.813
01 a 14	-	1.967	1.160	500	258	209	167	1.229	5.490	3.566
15 a 30	-	137.848	1.683	768	424	252	188	4.248	145.411	128.610
31 a 60	-	-	197.143	3.332	1.080	808	432	25.183	227.978	219.943
61 a 90	-	-	-	285.383	3.963	2.036	1.028	29.097	321.507	286.955
91 a 180	-	-	-	-	240.373	290.422	276.393	78.189	885.377	767.654
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	1.441.271	1.441.271	1.303.085
Subtotal	-	373.480	358.713	317.885	254.387	301.029	284.058	1.647.544	3.537.096	3.157.679
Provisão										
Resolução CMN nº 2.682/99	-	(3.735)	(10.761)	(31.789)	(76.316)	(150.515)	(198.842)	(1.647.544)	(2.119.502)	(1.859.424)

	30/6/2023									31/12/2022
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Prazo	Operações em Curso Normal (*)									
Vincendas	12.229.678	50	6	209.824	198.089	107.343	71.613	388.494	13.205.097	12.575.999
01 a 30	4.900.997	28	2	18.405	20.891	7.745	5.234	27.784	4.981.086	4.878.814
31 a 60	1.856.925	5	1	13.550	16.234	5.851	3.749	19.119	1.915.434	1.873.446
61 a 90	1.233.305	3	1	12.688	14.836	5.942	3.730	18.756	1.289.261	1.176.061
91 a 180	2.061.907	4	2	32.722	37.064	15.222	10.087	53.539	2.210.547	2.102.353
181 a 365	1.572.105	3	-	49.432	49.147	25.712	16.582	80.691	1.793.672	1.665.841
Acima de 365	604.439	7	-	83.027	59.917	46.871	32.231	188.605	1.015.097	879.484
Vencidas até 14 dias	204.481	-	-	222	169	87	57	187	205.203	164.410
Subtotal	12.434.159	50	6	210.046	198.258	107.430	71.670	388.681	13.410.300	12.740.409
Provisão										
Resolução CMN nº 2.682/99	(62.171)	-	-	(21.005)	(59.477)	(53.714)	(50.167)	(388.681)	(635.215)	(530.273)
Total da carteira	12.434.159	373.530	358.719	527.931	452.645	408.459	355.728	2.036.225	16.947.396	15.898.088
Total da provisão	(62.171)	(3.735)	(10.761)	(52.794)	(135.793)	(204.229)	(249.009)	(2.036.225)	(2.754.717)	(2.389.697)

(*) Curso normal são as operações com atraso inferior a 15 dias, incluindo as operações que foram renegociadas e deixaram de estar em atraso.

A Administração do Banco apura a provisão adicional para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos com base na estimativa de perda sobre a carteira na data-base, baseado em comportamento histórico das rolagens da carteira. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve montantes adicionais de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos.

7.3. Por nível de concentração

	30/6/2023			31/12/2022		
	Valor	%	Provisão	Valor	%	Provisão
10 maiores clientes	986	0,01%	(986)	930	0,01%	(930)
50 seguintes maiores clientes	3.872	0,02%	(3.872)	3.746	0,02%	(3.746)
100 seguintes maiores clientes	6.790	0,04%	(6.790)	6.400	0,04%	(6.400)
Demais clientes	16.935.748	99,93%	(2.743.069)	15.887.012	99,93%	(2.378.621)
Subtotal da carteira e provisão	16.947.396	100%	(2.754.717)	15.898.088	100%	(2.389.697)

7.4. Movimentação da provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos

Movimentação	30/6/2023	30/6/2022
Saldo inicial	(2.389.697)	(1.579.271)
Constituição	(1.700.828)	(1.308.933)
Reversão	1.268	2.686
Baixa para prejuízo	1.334.540	868.134
Saldo final	(2.754.717)	(2.017.384)

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o montante de créditos recuperados era de R\$ 58.868 (30/6/2022: R\$ 41.373) e os créditos renegociados totalizaram R\$ 1.460.142 (30/6/2022: R\$ 903.509).

8. Outros créditos

Descrição	30/6/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber	2.296	-	2.296	32.633	-	32.633
Diversos:	390.477	11.334	401.811	618.939	7.695	626.634
Incentivo a receber (i)	68.803	-	68.803	309.147	-	309.147
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 31)	75.285	-	75.285	122.134	-	122.134
Valores a receber - APAG (ii)	139.742	-	139.742	115.360	-	115.360
Depósitos em garantia - CSLL	22.040	-	22.040	21.220	-	21.220
Outros depósitos em garantia (iii)	3.452	11.334	14.786	6.771	7.695	14.466
Crédito em confiança	22.200	-	22.200	17.986	-	17.986
Devedores diversos no país (iv)	46.118	-	46.118	23.322	-	23.322
Impostos a compensar	8.286	-	8.286	1.874	-	1.874
Adiantamentos e antecipações salariais	4.551	-	4.551	1.125	-	1.125
Total	392.773	11.334	404.107	651.572	7.695	659.267

(i) Referem-se, substancialmente, aos incentivos com as bandeiras Mastercard e Visa.

(ii) Referem-se aos valores a receber da adquirente Cielo, sobre transações de vendas realizadas nos POS ("Point of sales") produto APAG.

(iii) Em 30 de junho de 2023, os valores de depósitos referem-se, substancialmente, a processos cíveis no montante de R\$ 8.226 (31/12/2022: R\$ 8.177), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas no montante de R\$ 3.094 (31/12/2022: R\$ 2.889) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no montante de R\$ 2.712 (31/12/2022: R\$ 2.668).

(iv) Referem-se, substancialmente, a recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 4.050 (31/12/2022: R\$ 5.127), saques em redes credenciadas, no montante de R\$ 4.761 (31/12/2022: R\$ 4.870) e valores a receber das Bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 25.791 (31/12/2022: R\$ 3.298).

9. Ativos e Passivos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2023, os ativos fiscais de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 361.322 (31/12/2022: R\$ 303.429), referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

9.1. Movimentação dos ativos fiscais

Descrição	30/6/2023					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2023	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2023
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	147.324	29.453	176.777	117.859	23.562	141.421
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	7.541	(883)	6.658	6.033	(707)	5.326
Provisão para contingências tributárias	71	4	75	57	3	60
Provisão para perdas operacionais	7.326	352	7.678	5.861	281	6.142
Provisão para contingências cíveis	3.906	2.655	6.561	3.124	2.125	5.249
Provisão para contingências trabalhistas	2.197	599	2.796	1.757	480	2.237
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM	207	(17)	190	166	(14)	152
Total	168.572	32.163	200.735	134.857	25.730	160.587

Descrição	30/6/2022					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/6/2022
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	94.245	38.864	133.109	75.397	31.090	106.487
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.787	(5.630)	3.157	7.028	(4.502)	2.526
Provisão para contingências tributárias	40.739	5.684	46.423	32.592	4.547	37.139
Provisão para perdas operacionais	539	140	679	431	112	543
Provisão para contingências cíveis	3.515	1	3.516	2.812	1	2.813
Provisão para contingências trabalhistas	1.615	749	2.364	1.292	599	1.891
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	683	(338)	345	546	(271)	275
Total	150.123	39.470	189.593	120.098	31.576	151.674

(i) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

9.2. Previsão de realização dos ativos fiscais

Com base em estudo técnico, os créditos tributários apresentados em 30 de junho de 2023 têm sua previsão de realização demonstrada no quadro a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	Período de realização					
	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Valor Nominal	339.425	19.053	2.563	281	-	361.322
Valor Presente	338.912	17.168	2.128	217	-	358.425

O valor presente é calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

9.3. Passivos fiscais

Os passivos fiscais correntes estão compostos como segue:

Descrição	30/6/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		circulante	Total		circulante	Total
Provisão para imposto de renda	45.268	-	45.268	8.738	-	8.738
Provisão para contribuição social	36.087	-	36.087	15.816	-	15.816
Total	81.355	-	81.355	24.554	-	24.554

10. Investimento
10.1. Composição do investimento

	Participação	Valor do Investimento	30/6/2023		31/12/2022		30/06/2022	
			Resultado de participações em controladas	Valor do Investimento	Resultado de participações em controladas	Valor do Investimento	Resultado de participações em controladas	Valor do Investimento
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	100%	93.643	59.759	113.827	59.759	113.827	44.673	

10.2. Movimentação do investimento

No País	Patrimônio líquido em 31/12/2022	Resultado do semestre	Dividendos adicionais recebidos	Patrimônio líquido em 30/6/2023
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	113.827	59.759	(79.943)	93.643

No País	Patrimônio líquido em 31/12/2021	Resultado do semestre	Dividendos adicionais recebidos	Patrimônio líquido em 30/6/2022
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	43.679	44.673	-	88.352

11. Imobilizado
11.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	30/6/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação	Valor Contábil	Custo	Depreciação	Valor Contábil
Instalações	10%	14.261	(6.396)	7.865	13.544	(5.730)	7.814
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	7.070	(3.342)	3.728	6.809	(3.019)	3.790
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	2.041	(1.703)	338	1.980	(1.650)	330
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	215.092	(101.386)	113.706	183.170	(84.690)	98.480
Sistema de segurança	20%	531	(514)	17	531	(483)	48
Total		238.995	(113.341)	125.654	206.034	(95.572)	110.462

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo		Depreciação		Saldo em 30/6/2023
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações	7.814	717	-	(666)	-	7.865
Móveis e equipamentos de uso	3.790	261	-	(323)	-	3.728
Sistema de comunicação	330	61	-	(53)	-	338
Sistema de processamento de dados	98.480	31.922	-	(16.696)	-	113.706
Sistema de segurança	48	-	-	(31)	-	17
Total	110.462	32.961	-	(17.769)	-	125.654

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo		Depreciação		Saldo em 30/6/2022
		Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	
Instalações	7.196	6	-	(557)	-	6.645
Móveis e equipamentos de uso	3.242	270	-	(284)	-	3.228
Sistema de comunicação	234	-	-	(66)	-	168
Sistema de processamento de dados	59.730	27.862	(2)	(10.788)	-	76.802
Sistema de segurança	127	-	-	(39)	-	88
Total	70.529	28.138	(2)	(11.734)	-	86.931

12. Intangível
12.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	30/6/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização	Valor Contábil	Custo	Amortização	Valor Contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	440.304	(194.108)	246.196	359.937	(174.162)	185.775
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	80.345	-	80.345	89.838	-	89.838
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(347.836)	477.164	825.000	(321.079)	503.921
Total		1.345.649	(541.944)	803.705	1.274.775	(495.241)	779.534

12.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo			Despesa de Amortização	Saldo em 30/6/2023
		Aquisição	Baixa	Transferência para utilização		
Softwares e sistemas desenvolvidos	185.775	1.521	-	78.846	(19.946)	246.196
Softwares e sistemas em desenvolvimento	89.838	69.353	-	(78.846)	-	80.345
Direito de exclusividade	503.921	-	-	-	(26.757)	477.164
Total	779.534	70.874	-	-	(46.703)	803.705

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Custo			Despesa de Amortização	Saldo em 30/6/2022
		Aquisição	Baixa	Transferência para utilização		
Softwares e sistemas desenvolvidos	151.189	4.978	-	42.840	(15.462)	183.545
Softwares e sistemas em desenvolvimento	44.048	35.584	-	(42.840)	-	36.792
Direito de exclusividade	557.435	-	-	-	(26.757)	530.678
Total	752.672	40.562	-	-	(42.219)	751.015

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, desenvolvimento de *software* e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de *software* e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. Depósitos
13.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes no montante de R\$ 15.171 (31/12/2022: R\$ 14.271).

13.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB - Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretoras, à taxa média de juros pós-fixada é de 105,20% do DI (31/12/2022: 101,20% do DI).

Prazo de vencimento	30/6/2023	31/12/2022
Até 3 meses	91.114	11.941
De 3 a 12 meses	99.385	10.226
De 1 a 3 anos	76.656	143.994
Total	267.155	166.161

14. Depósitos interbancários

As captações na modalidade CDI - Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI + 0,53% a.a. (31/12/2022: média de DI + 0,64% a.a.).

Prazo de vencimento	30/6/2023	31/12/2022
Até 3 meses	902.109	1.170.046
Total	902.109	1.170.046

15. Captação no mercado aberto

Em 30 de junho de 2023 as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa SELIC de 13,67% a.a. (31/12/2022: 13,70% a.a.) e estavam compostas como segue:

Descrição	30/6/2023	31/12/2022
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (até 90 dias)	174.946	253.103
Total	174.946	253.103

16. Captação em letras financeiras

As letras financeiras foram emitidas conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
2019	Letras Financeiras	2023	DI + 0,55% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 112.500
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	De DI+1,10% a.a. até DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R\$ 350.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	De DI+1,00% a.a. até DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 491.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	109% do DI	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 9.000
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024 a 2025	De DI+1,00% a.a. até DI+1,15% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 700.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	DI +1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 550.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	DI+1,25% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 50.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras, calculadas "pro rata" dia.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	30/6/2023	31/12/2022
Até 3 meses	54.401	-
De 3 a 12 meses	995.272	706.541
De 1 a 3 anos	1.486.298	1.369.779
Total	2.535.971	2.076.320

17. Relações interfinanceiras

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado.

Descrição	30/6/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar	7.496.094	14.111	7.510.205	7.376.391	12.772	7.389.163
Total	7.496.094	14.111	7.510.205	7.376.391	12.772	7.389.163

18. Outras obrigações
18.1. Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/6/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
COFINS	19.529	-	19.529	18.065	-	18.065
Impostos e contribuições sobre salários	11.605	1.389	12.994	11.978	1.605	13.583
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	4.489	-	4.489	4.421	-	4.421
PIS	3.173	-	3.173	2.935	-	2.935
ISS	2.625	-	2.625	2.732	-	2.732
IRRF	939	-	939	104	-	104
Total	42.360	1.389	43.749	40.235	1.605	41.840

18.2. Diversas

Descrição	30/6/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos (i)	1.041.384	-	1.041.384	1.025.770	71.382	1.097.152
Obrigações por transações de pagamento (ii)	268.367	35.501	303.868	238.089	54.062	292.151
Credores diversos - País (iii)	208.920	30.103	239.023	199.668	29.160	228.828
Provisão para despesas de pessoal	45.869	1.699	47.568	42.948	3.125	46.073
Valores a pagar a sociedades ligadas (iv) (nota 31)	807.977	188.461	996.438	544.365	127.293	671.658
Total	2.372.517	255.764	2.628.281	2.050.840	285.022	2.335.862

(i) Referem-se a repasses de valores a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A., anteriormente registrados na rubrica "Valores a pagar a sociedades ligadas", que não sofreram alterações no prazo de pagamento ou incremento de taxa de juros.

(ii) Referem-se a repasses de valores a lojistas, referentes a compras de clientes realizadas no *marketplace*.

(iii) Referem-se, substancialmente, a contas a pagar a fornecedores no montante de R\$ 135.080 (31/12/2022: R\$ 130.975).

(iv) Referem-se, substancialmente, a valores referentes a compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e BIG que serão repassadas para essas instituições no montante de R\$ 952.240 (31/12/2022: R\$ 632.149), a pagamentos por serviços prestados no montante de R\$ 22.797 (31/12/2022: R\$ 20.001) e incentivo de venda no montante de R\$ 5.702 (31/12/2022: R\$ 10.715).

19. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes
19.1. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2023 e de 2022, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.12. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	30/6/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisões para contingências cíveis	8.198	18.046	26.244	9.264	6.358	15.622
Provisões para contingências trabalhistas	2.850	8.335	11.185	5.331	3.455	8.786
Outras provisões (i)	299	-	299	284	-	284
Total	11.347	26.381	37.728	14.879	9.813	24.692

(i) Refere-se à multa sobre FGTS.

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	30/6/2023			
	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras Provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.622	8.786	284	24.692
Constituição	15.339	8.374	15	23.728
Atualização / Reversão monetária	4.546	(133)	-	4.413
Reversão	(6.766)	(5.273)	-	(12.039)
Realização	(3.433)	(569)	-	(4.002)
Outras movimentações - PROCON	936	-	-	936
Saldos em 30 de junho de 2023	26.244	11.185	299	37.728

Descrição	30/6/2022				
	Fiscais	Cíveis (i)	Trabalhistas (i)	Outras Provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.053	14.061	6.458	258	602.830
Constituição	18.514	5.459	3.528	12	27.513
Atualização monetária	22.721	306	677	-	23.704
Reversão	-	(2.790)	(476)	-	(3.266)
Realização	-	(2.972)	(731)	-	(3.703)
Saldos em 30 de junho de 2022	623.288	14.064	9.456	270	647.078

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Outras Provisões
Até 1 ano	8.198	2.850	299
De 1 a 3 anos	18.046	8.335	-
Total	26.244	11.185	299

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 30 de junho de 2023, era de R\$ 47.475 (31/12/2022: R\$ 42.687), que se refere, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 30 de junho de 2023, é de R\$ 1.238 (31/12/2022: R\$ 1.596).

O Banco não têm valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

20. Patrimônio líquido

O valor do capital social no semestre é de R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital
Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).

Plano de Performance Stock Options 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

i. Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;

ii. Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;

iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;

iv. Prazo máximo para exercício das opções: até o final do 6º ano da data de tal plano;

v. Diluição societária máxima: 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e

vi. Preço de exercício: será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:

i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);

ii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes dos planos de opções de compra de ações (Pré IPO e Regular 2019) em , são demonstrados abaixo:

	Plano Pré IPO	Plano Regular 2019
Data de aprovação dos número de opções autorizadas em Assembleia Geral de acionistas	27 de junho de 2017	26 de setembro de 2019
Número de opções autorizadas	700.364	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos	6 anos
Número de executivos elegíveis	3	8
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70	21,98
Período de exercício das opções	A partir do IPO até 21 de março de 2023 ⁽ⁱ⁾	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025 ⁽ⁱⁱ⁾

⁽ⁱ⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

- i. 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
- ii. 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- iii. 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- i. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- ii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- iii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro.

⁽ⁱⁱ⁾ As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	3	3
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

(*) Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações.

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações restritas em circulação (planos Pré-IPO e Regular 19)

Em 30 de junho de 2023 as opções/ações pendentes do Plano Regular 19 foram de 339.104 e o Plano Pré-IPO não apresentou opções/ações pendentes. Ambos os planos não tiveram movimentação nas opções de ações no semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos de Performance Shares Local 2020 a 2023 ("Plano Regular 20" a "Plano Regular 23")

O regulamento dos Planos Regulares 20 e 21 da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, do Plano Regular 22 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022 e do Plano Regular 23 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 1 de junho de 2023 consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- i. Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- ii. Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- iv. Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*;
- v. Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.
- vi. Diluição societária máxima:** Para os Planos Regulares 20 e 21, foi determinado 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções/ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e

Para os Planos Regulares 20, 21 e 22, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*total shareholder return*);
- iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR;
- iv. Item relacionado à transformação digital da empresa.

Para o Plano Regular 23, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com pesos de 25% cada:

- i. Duas condições relacionadas à performance financeira (resultado operacional corrente e fluxo de caixa livre ajustado);
- ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*);
- iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR;

Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais (Regular 2020, Regular 2021, Regular 2022 e Regular 2023) em 30 de junho de 2023, são demonstrados abaixo:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Data de aprovação dos número de ações em reunião do Conselho de Administração	10-nov-20	25-ago-21	5-mai-22	1-jun23
Número de ações autorizadas	154.702	311.745	130.240	328.825
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis	5	16	10	16
Data do vesting (i)	10-nov-23	25-ago-24	5-mai-25	1-jun26
Valor justo de cada ação (em R\$ por ação)	17,35	14,56	13,10	14,38

⁽ⁱ⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares)

Os planos de ações restritas no 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	119.238	243.064	130.240	-
Ações outorgadas até 30 de junho de 2023	-	-	-	328.825
Ações pendentes em 30 de junho de 2023	119.238	243.064	130.240	328.825

Plano de Performance *Shares* Grupo 2019 a 2023 (“Plano Grupo 19” a “Plano Grupo 23”)

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária (AGO) anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da AGO anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 16 de fevereiro de 2022, após aprovação da Assembleia Geral do grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas, na forma dos seguintes indicadores: Resultado Operacional Corrente (ROC), Fluxo de Caixa Livre (FCF), *Total Shareholder Return* (TSR), Índice de Responsabilidade Social (RSE).

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- (i) Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- (ii) Retorno total ao acionista; e
- (iii) Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 30 de junho de 2023, são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Data da Outorga ⁽ⁱ⁾	27-fev-19	26-fev-20	17-fev-21	16-fev-22	14-fev-23
Data da reunião do Conselho de Administração	17-mai-17	14-jun-19	14-jun-19	21-mai-21	21-mai-21
Data do <i>vesting</i> ⁽ⁱⁱ⁾	26-fev-22	27-fev-23	14-fev-24	16-fev-25	14-fev-26
Total de ações outorgadas número na data de outorga	26.400	11.464	23.500	18.675	9.500
Número de ações outorgadas	28.500	15.018	23.500	18.675	9.500
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	14,32	13,05	11,85	14,21	12,92

⁽ⁱ⁾ Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

⁽ⁱⁱ⁾ As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

Conciliação de ações em circulação (planos Grupos)

Os planos de ações no semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	9.900	12.549	23.500	18.675	-
Opções/ações outorgadas até 30 de junho de 2023	-	-	-	-	9.500
Ações outorgadas em 30 de junho de 2023	9.900	12.549	23.500	18.675	9.500

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 30 de junho de 2023, o montante de R\$ 1.142 (30/6/2022: R\$ 2.321).

20.2. Reserva de lucros
Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	30/6/2023	31/12/2022
Legal	236.870	236.870
Estatutárias	1.034.603	1.184.483
Reserva de lucros	1.271.473	1.421.353

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	30/6/2023	31/12/2022
Ajuste ao valor justo - TVM	254	(44)
Benefícios pós-emprego	131	131
Total	385	87

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

Descrição	30/6/2023	
	Total	Reais por Ação
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2022 (i)	103.498	0,09285
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores (i)	149.880	0,13446
Total de dividendos pagos	253.378	0,22731

(i) Na AGO em 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2022. Em 20 de junho de 2023, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 253.378.

De acordo com a AGO de 28 de abril de 2022, os acionistas não aprovaram a proposta da Administração para a distribuição de dividendos propostos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo este retomado ao patrimônio do Banco na conta de reserva de lucros.

21. Rendas de operações de crédito

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Rendas de empréstimos	1.712.463	1.469.409
Recuperação de créditos - renegociação (i)	363.762	197.626
Total	2.076.225	1.667.035

(i) Nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023, o montante de recuperação de crédito por renegociação de dívida é de R\$ 363.580 (30/6/2022: R\$ 197.531) e o montante de recuperação de créditos baixados como prejuízo é de R\$ 182 (30/6/2022: R\$ 95).

22. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	54.570	28.991
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.090	1.668
Total	55.660	30.659

23. Operações de captação no mercado

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Despesas de letras financeiras	(156.911)	(101.313)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(36.894)	(34.831)
Despesas de operações compromissadas	(18.956)	(5.218)
Despesas de depósitos a prazo	(12.035)	(3.783)
Total	(224.796)	(145.145)

24. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Rendas de intercâmbio (i)	336.550	276.591
Rendas de tarifa bancária (ii)	322.772	311.659
Serviços prestados a ligadas (iii)	59.426	67.710
Tarifa de pacote SMS	52.919	51.462
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	11.049	21.043
Rendas com taxa de adesão - Serviço de subadquirência APAG	9.614	9.117
Tarifa de avaliação emergencial de crédito	-	2.091
Outros serviços	402	485
Total	792.732	740.158

(i) Referem-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(ii) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 321.999 (30/6/2022: R\$ 311.317).

(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour, Cartão Atacadão e Cartão Sam's Club, emitidos pelo Banco.

25. Despesas de pessoal

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Proventos	(65.809)	(44.129)
Encargos sociais	(24.255)	(17.314)
Benefícios	(11.907)	(12.279)
Treinamento	(682)	(941)
Total	(102.653)	(74.663)

26. Outras despesas administrativas

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Despesas com serviços de terceiros (i)	(248.228)	(197.069)
Despesas de processamento de dados (ii)	(161.954)	(141.501)
Despesas de depreciação e amortização	(64.472)	(53.953)
Despesas de propaganda e publicidade	(34.036)	(32.833)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii)	(41.954)	(21.773)
Despesas de comunicações	(41.610)	(38.197)
Despesas de aluguéis	(27.076)	(21.163)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(14.938)	(18.066)
Despesas com materiais	(14.461)	(9.701)
Despesas com honorários administrativos	(11.843)	(9.648)
Outras (iv)	(9.762)	(8.717)
Total	(670.334)	(552.621)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R\$ 153.983 (30/6/2022: R\$ 116.180) e serviços de cobrança no montante de R\$ 93.222 (30/6/2022: R\$ 71.172).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

(iv) Referem-se, substancialmente, às despesas com manutenção e conservação de bens e despesas com transportes.

27. Despesas tributárias

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
COFINS	(102.936)	(90.004)
PIS	(16.727)	(14.626)
ISS	(16.533)	(15.466)
Atualização de contingências de CSLL (nota 19.2.2)	-	(22.721)
Outras	(912)	(1.072)
Total	(137.108)	(143.889)

28. Outras receitas operacionais

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Incentivo recebido das Bandeiras (i)	68.896	27.073
Recuperação de custos de comissões de seguros	16.375	10.749
Participação nos lucros com venda de seguros	3.619	4.327
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.573	22.629
Variação cambial ativa	2.358	2.372
Reversão de provisão de riscos operacionais	45	488
Incentivos por renovação contratual	-	18.142
Outras rendas operacionais	160	317
Total	93.026	86.097

(i) Referem-se, substancialmente, aos incentivos recebidos da bandeira Mastercard, referente a aceleração da migração das lojas BIG em 2023.

29. Outras despesas operacionais

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Intercâmbio nacional e internacional (i)	(59.235)	(90.972)
Bonificações	(42.729)	(29.793)
Perdas operacionais	(9.650)	(7.522)
Incentivos de vendas	(5.702)	(4.790)
Despesas com fraudes	(3.565)	(4.349)
Despesas com acordos cíveis	(3.376)	(2.771)
Variação cambial passiva	(2.072)	(2.212)
Provisão para crédito em confiança	(462)	(560)
Outras (ii)	(2.757)	(1.319)
Total	(129.548)	(144.288)

(i) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

(ii) Referem-se, substancialmente, à atualização monetária sobre a DECON no montante de R\$ 971 (30/6/2022 R\$ 0) e à tarifas cobradas pelos adquirentes sobre recebimento de faturas no montante de R\$ 725 (30/6/2022: R\$ 648).

30. Imposto de renda e contribuição social
30.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	97.301	195.054
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(43.785)	(87.774)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	(4.243)
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	(1.405)	7.729
Equivalência Patrimonial	26.891	20.103
PLR dos Estatutários	(1.174)	(1.447)
Perdas operacionais	(4.508)	(3.385)
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	1.087	1.030
Efeito tributário do adicional de IRPJ	12	12
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(22.882)	(67.975)
IRPJ e CSLL correntes	(80.806)	(139.630)
IRPJ e CSLL diferidos	57.924	71.655
Total do imposto de renda e contribuição social	(22.882)	(67.975)

30.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	97.301	195.054
Imposto de renda e contribuição social	22.882	67.975
Alíquota efetiva	23,52%	34,85%

31. Transações entre partes relacionadas
31.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.

Em 30 de junho de 2023, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- i. Controladoras indiretas do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A.;
- ii. Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;
- iii. Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Grupo BIG Brasil S.A.;
- iv. Controlada do Banco - CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.; e
- v. Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 30 de junho de 2023 e de 2022 e 31 de dezembro de 2022, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas/ Operações	Ativo/ (Passivo)		Receitas/ (Despesas)	
	30/6/2023	31/12/2022	30/6/2023	30/6/2022
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Controlador indireto do Banco				
Desconto de campanhas	3.399	2.240	-	-
Valores a receber (i)	28.620	53.555	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	211	265	-	-
Valores a receber - E-commerce	-	3	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	3.815	4.291	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(13.675)	(9.865)	(66.169)	(58.909)
Repasses de valores e comissões (iii)	(641.210)	(228.627)	29.163	47.056
Aluguéis a pagar	(2.588)	(2.263)	(6.678)	(6.447)
Despesas administrativas	-	-	(147)	(49)
Outras despesas operacionais	-	-	(5.672)	(13.909)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber (i)	832	1.577	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(327)	(323)	(1.938)	(1.986)
Repasses de valores e comissões (iii)	(12.479)	(7.918)	756	591
Grupo BIG Brasil S.A.				
Valores a receber (i)	377	433	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	5	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(1.319)	(1.838)	(12.516)	-
Repasses de valores e comissões (iii)	(61.074)	(16.872)	(213)	-
Aluguéis a pagar	(1.251)	(15)	(613)	-
Atacadão S.A.				
Desconto de campanhas	464	387	-	-
Valores a receber (i)	30.076	52.728	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.193	4.447	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(14.081)	(11.871)	(74.210)	(55.989)
Repasses de valores e comissões (iii)	(247.379)	(391.123)	22.373	19.365
Aluguéis a pagar	(1.055)	(943)	(6.049)	(6.352)
Direito de exclusividade	477.164	503.921	(26.757)	(26.757)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	(600.896)	(632.941)	(23.635)	(9.855)
Operações compromissadas	(112.995)	(43.017)	(16.815)	(2.856)
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.				
Certificado de depósito bancário	-	-	-	(52)
BSF Holding S.A.				
Dividendos a pagar	-	(103.498)	-	-
Certificado de depósito bancário	(6.424)	(6.449)	(403)	(503)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - comissões	135	188	402	486
Valores a pagar - prestação de serviço	(786)	(677)	(837)	-
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.				
Valores a receber - comissões	3.293	2.208	16.375	10.749
Dividendos a receber	-	30.058	-	-
Certificado de depósito bancário	(75.144)	(145.267)	(4.963)	(3.167)

(i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das Lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club.

(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda., Atacadão S.A. e Grupo BIG Brasil S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Remuneração	11.843	9.648
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.001	6.852
Contribuição aos planos de aposentadoria	166	121
Total	22.010	16.621

32. Benefícios pós-emprego

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador contribuindo, mensalmente, com o fundo de previdência limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o montante da despesa dessa contribuição era de R\$ 1.140 (30/6/2022: R\$ 1.169) e está registrado na rubrica “despesas de pessoal”.

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R\$ 331 (31/12/2022: R\$ 331).

33. Resultados não recorrentes

Descrição	30/6/2023	30/6/2022
Lucro líquido contábil	74.419	127.079
Eventos não recorrentes	-	(1)
Lucro por baixa e/ou venda de ativos (i)	-	(2)
Prejuízo por baixa e/ou venda de ativos (i)	-	1
Lucro líquido recorrente	74.419	127.078

(i) O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio. Os valores estão apresentados líquidos de imposto de renda e contribuição social.

34. Valor justo dos ativos e passivos
34.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	30/6/2023			31/12/2022		
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros disponíveis para venda	889.437	884.241	5.196	834.326	829.135	5.191
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	884.241	884.241	-	829.135	829.135	-
Aplicações em fundos de investimento	5.196	-	5.196	5.191	-	5.191

Nível 1: Para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

Nível 2: Para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurada a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

34.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Descrição	30/6/2023			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (i)	6.666	6.666	6.666	-
Relações interfinanceiras (i)	209.714	209.714	209.714	-
Operações de crédito (ii)	14.192.679	13.593.474	-	13.593.474
Passivos financeiros	11.405.557	11.774.343	11.774.343	-
Captações no mercado aberto (i)	174.946	174.946	174.946	-
Depósitos (iii)	1.184.435	1.187.676	1.187.676	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	2.535.971	2.901.516	2.901.516	-
Relações interfinanceiras (i)	7.510.205	7.510.205	7.510.205	-
Outros passivos (iv)	2.676.801	2.676.801	2.676.801	-

Descrição	31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (i)	11.292	11.292	11.292	-
Relações interfinanceiras (i)	281.012	281.012	281.012	-
Operações de Crédito (ii)	13.508.391	12.625.824	-	12.625.824
Passivos financeiros	11.069.064	11.091.869	11.091.869	-
Captações no mercado aberto (i)	253.103	253.103	253.103	-
Depósitos (iii)	1.350.478	1.363.938	1.363.938	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	2.076.320	2.085.665	2.085.665	-
Relações interfinanceiras (i)	7.389.163	7.389.163	7.389.163	-
Outros passivos (iv)	2.486.334	2.486.334	2.486.334	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i. Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras - Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

ii. Operações de crédito

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS-IFRS9 relativa à carteira local. No conceito IFRS9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

No exercício de 2022, houve uma realocação dos valores de Operações de Crédito para uma melhor apresentação da nota explicativa.

iii. Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos - O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

iv. Outros passivos - O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

35. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional

O Banco atua com uma estrutura de Gestão dos Riscos segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital, atua para assegurar que os riscos incorridos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela Instituição.

Na Estrutura Organizacional, o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite ao Risco na Instituição. O Conselho de Administração conta ainda com uma estrutura de Comitês como ALCO (Comitê de Ativos e Passivos), Comitê de Risco de Crédito e o CIR (Comitê Integrado de Riscos) que tem por objetivo facilitar a comunicação para a alta Administração.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, gestão do capital e governança de validação de modelos. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração.

O Banco realiza a gestão integrada de riscos em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, para isto foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de ação, buscando a aderência às melhores práticas de mercado.

35.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- i. a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- ii. a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no ALCO.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

Ativos	30/6/2023				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Relações interfinanceiras	209.714	209.714	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	889.437	176.302	-	66.765	646.370
Operações de crédito	16.947.396	11.679.719	4.193.819	1.073.858	-
(-) Provisão para perda esperada	(2.754.717)	(2.228.817)	(252.532)	(273.368)	-
Total	15.291.830	9.836.918	3.941.287	867.255	646.370

Passivos	30/6/2023				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos	1.184.435	1.008.394	99.385	76.656	-
Captação no mercado aberto (i)	174.946	174.946	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	2.535.971	54.401	995.272	1.486.298	-
Relações interfinanceiras	7.510.205	6.080.084	1.416.010	14.111	-
Total	11.405.557	7.317.825	2.510.667	1.577.065	-

Ativos	31/12/2022				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Relações interfinanceiras	281.012	281.012	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	834.326	256.476	-	19.596	558.254
Operações de crédito	15.898.088	11.034.909	3.937.321	925.858	-
(-) Provisão para perda esperada	(2.389.697)	(1.968.674)	(212.712)	(208.311)	-
Total	14.623.729	9.603.723	3.724.609	737.143	558.254

Passivos	31/12/2022				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos	1.350.478	1.196.258	10.226	143.994	-
Captação no mercado aberto (i)	253.103	253.103	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	2.076.320	-	706.541	1.369.779	-
Relações interfinanceiras	7.389.163	5.975.663	1.400.728	12.772	-
Total	11.069.064	7.425.024	2.117.495	1.526.545	-

(i) Os vencimentos e rentabilidades das captações estão detalhados na nota 15.

(ii) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

35.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O *report* regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

35.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos Cartões Carrefour, Atacadão e *Sam's Club*. Essa estratégia reflete em uma posição de ativos e passivos com baixa exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 30 de junho de 2023 foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores justos e as taxas pós fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de câmbio.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em Depósitos e Letras Financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual praticado em cada um dos instrumentos e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

35.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada na Resolução CMN nº 4.557/17.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour, Atacadão e *Sam's Club*. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito, ao CIR indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de performance e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

Para mais detalhes, ver nota 7.

35.4. Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- i. Fraude interna;
- ii. Fraude externa;
- iii. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- iv. Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
- v. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- vi. Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- vii. Falhas sistêmicas de tecnologia da informação; e
- viii. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (CMN e BACEN).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

- i. Mapeamento de riscos e controles;
- ii. Base de perdas operacionais;
- iii. Execução de testes;
- iv. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
- v. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

35.5. Risco estratégico

Segundo as definições do Componentes de Gerenciamento de Riscos Corporativos (COSO 2017), o Risco Estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os Riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

- i. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
- ii. As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
- iii. Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das Diretrizes Estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

35.6. Risco social, ambiental e climático (RSAC)

Risco social, ambiental e climático (RSAC) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco devemos considerar:

- i. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o RSAC presente nas atividades e nas operações da Instituição;
- ii. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- iii. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- iv. Procedimentos para adequação do gerenciamento do RSAC às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

- i. Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
- ii. Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
- iii. Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços/fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a coibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
- iv. Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
- v. Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do RSAC.

35.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco à estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- i. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- ii. Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- iii. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

- i. Base de reclamações por jornada de cliente;
- ii. Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- iii. Modelagem das informações para perda esperada; e
- iv. Monitoramento do apetite a riscos de reclamações x contas ativas.

35.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que consideram os seguintes pontos de acordo com a exigência regulatória:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- ii. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- i. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- ii. Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- iii. Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
- iv. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

36. Índice de Basileia

Este gerenciamento é realizado por meio do Índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2023 é de 10,5%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

Patrimônio de referência	30/6/2023	31/12/2022
Nível I	2.294.573	2.392.804
Capital principal	3.098.278	3.172.337
Ajuste prudencial	(803.705)	(779.533)
Total	2.294.573	2.392.804
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA	30/6/2023	31/12/2022
RWA _{CPAD} - Risco de crédito	13.864.525	13.395.857
RWA _{MPAD} - Risco de mercado	42.339	17.557
RWA _{OPAD} - Risco operacional	1.186.428	1.165.597
Total	15.093.292	14.579.011
Patrimônio de referência mínimo requerido	1.584.796	1.530.796
Folga em relação ao PR mínimo requerido	709.777	862.008
Índice de Basileia	15,2%	16,4%

O Índice de Basileia de 30 de junho de 2023 fechou no patamar de 15,2%, uma redução de 1,2p.p. com relação a 31 de dezembro de 2022, e se mantém bem acima do mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A distribuição de dividendos é a principal razão da redução do Patrimônio de Referência e por conseguinte no Índice de Basileia.

37. Outras informações

As tabelas a seguir mostram a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	103.498	1.742.000	1.421.353	3.266.851
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos mínimos obrigatórios	(103.498)	-	-	(103.498)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(149.880)	(149.880)
Saldos em 30 de junho de 2023	-	1.742.000	1.271.473	3.013.473

Descrição	Passivo	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.501	1.742.000	1.115.073	3.035.574
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores (nota 20.4) (i)	(178.501)	-	178.501	-
Saldos em 30 de junho de 2022	-	1.742.000	1.293.574	3.035.574

(i) As reversões dos dividendos propostos de exercícios anteriores não impactaram caixa.

A DIRETORIA

Diretor-Presidente ⁽ⁱ⁾

Felipe Carneiro Goncalves Gomes

Diretor Financeiro

Rafael Bandeira de Almeida

Diretor de Clientes

André Luiz Morais Tonelini

Diretor de Tecnologia da Informação & Operações

Aydes Batista Marques Junior

Diretor de Gerenciamento de Riscos

Carlos Alberto Auricchio Junior

Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias

Luiz Gustavo Vargas Souto

Diretora de Planejamento Estratégico

Vanessa Paulino de Souza

Contadora

Valéria Dias Prates

CRC nº 1SP239180/O-8

(i) Em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Banco CSF S.A.

CNPL 08.357.240/0001-50
Av. Dr. Chucri Zaidan, 296
19º e 20º andar - Vila Cordeiro
Torre Z - São Paulo / SP